

HABEAS CORPUS Nº 492.388 - RS (2019/0036672-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : WILSON ANANIAS BORGES

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em favor de **WILSON ANANIAS BORGES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

O paciente foi condenado à pena definitiva de 11 anos e 4 meses de reclusão, que se iniciou em 26/12/2015. No dia 16/11/2017, restou deferida a progressão ao regime semiaberto e, em razão da ausência de vagas, determinou-se a inclusão do apenado no sistema de monitoramento eletrônico.

Houve revogação do benefício de monitoramento eletrônico, em razão de o paciente não ter se apresentado para instalação do dispositivo, **não sendo designada audiência de justificação para apuração da suposta falta disciplinar**, tendo o magistrado deixado "de determinar a remoção do apenado ao regime semiaberto **considerando que vigorava prisão preventiva decretada nos autos do processo criminal de n. 003/2.18.0000495-9**" (e-STJ, fl. 352).

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, o qual restou provido pelo Tribunal de origem, determinando a realização de audiência de justificação para apuração de suposta falta grave por parte do condenado.

Neste *writ*, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul sustenta constrangimento ilegal consubstanciado na decisão do Tribunal de origem que determinou a realização de audiência de justificação sem a condenação definitiva pela prática de novo delito.

Alega que "a determinação de designação de audiência de justificação viola o princípio da presunção de inocência, uma vez que não houve a condenação do paciente pela

Pleiteia, em liminar e no mérito, a concessão da ordem para que seja cassado o acórdão do Tribunal *a quo*, sendo suspensa a referida audiência de justificação até que a Ação Penal n. 003/2.18.0000495-9 seja julgada.

Informações prestadas pela instância de origem (e-STJ, fls. 351-379).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 382-384).

É o relatório.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando

constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

O Tribunal de Justiça, ao determinar a realização de audiência de justificação, o fez sob o seguinte argumento:

"Nesse contexto, **permanecer fora do sistema de monitoramento, sendo considerado como foragido, caracteriza sim falta grave, sujeitando a execução da pena aos consectários legais, conforme artigo 50 da LEP.** Não há como deixar de punir apenado que age em desacordo com as condutas disciplinares inerentes a sua condição de apenado e de cumprimento de pena em prisão domiciliar. Além disso, não há como deixar de punir o agravante, pois também, **teria agido em desacordo com as condutas disciplinares inerentes a sua condição de apenado, pois se envolveu em novo delito.** No caso, então, não há, em tese, como deixar de reconhecer a falta grave cometida, pois seria desproporcional aceitar a conduta perpetrada pelo apenado sem penalizá-lo, também considerando o que dispõe o art. 52 da LEP que tipifica como falta de natureza grave a simples 'prática de fato previsto como crime doloso'. **Assim, por expressa disposição legal, a conduta apresentada pelo recorrente configura, em tese, falta grave (cometimento de fato definido como crime doloso)** e sua descaracterização somente é possível mediante justificativa plausível. De outro lado, **a fuga ou a prática de fato previsto como crime doloso são circunstâncias objetivas e previstas como falta grave por lei, nos termos dos arts. 50, II e 52 da Lei de Execução Penal;** desse modo, conforme venho sustentando, sua apuração independe da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, bastando que se confira ao apenado, em tais casos, a oportunidade de exercer seu direito ao contraditório e ampla defesa, em audiência de justificação."

A decisão proferida pelo Tribunal de origem está em consonância com o entendimento desta Corte superior, no sentido de que o condenado que comete fato definido como crime doloso no curso da execução penal pratica falta grave, independente do trânsito em julgado da sentença penal condenatória referente ao novo delito.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRÁTICA DE NOVO CRIME DOLOSO NO CURSO DA EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. CONFIGURAÇÃO, MESMO NÃO TENDO OCORRIDO O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA REFERENTE AO NOVO DELITO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o

instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. Consolidou-se nesta Superior Corte de Justiça diretriz jurisprudencial no sentido de que o reeducando que comete fato definido como crime doloso no curso da execução penal pratica falta grave, mesmo sem o trânsito em julgado da sentença penal condenatória referente ao novo delito.

3. *In casu*, conforme consignado pela Corte *a quo*: '*sobreveio a notícia do envolvimento do apenado na prática de novo crime, conforme acima declinado, embora sem trânsito em julgado, ainda, ressaltando que tal delito foi praticado durante o cumprimento da pena em análise, notadamente quando estava usufruindo de regime mais benéfico.*'

4. Inexistência, assim, de constrangimento ilegal, a justificar a concessão da ordem de ofício.

5. *Habeas corpus* não conhecido." (HC 458.115/RS, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, j. 20/9/2018, DJe 1º/10/2018.)

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE CONDENADO POR CRIMES DE ROUBO E TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. PRÁTICA DE NOVOS DELITOS (TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO E FORNECIMENTO DE ARMA DE FOGO, DE NUMERAÇÃO RASPADA). REGRESSÃO PARA O REGIME FECHADO. POSSIBILIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA. DESNECESSIDADE. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. Nos termos do art. 118 da Lei de Execução Penal, a transferência do condenado, a título de regressão, pode ocorrer para qualquer dos regimes mais rigorosos. Precedentes.

2. Na hipótese, enquanto cumpria pena no regime semiaberto, o Paciente foi indiciado pelo cometimento de novos crimes (tráfico de drogas, associação ao tráfico e fornecimento de arma de fogo, de numeração raspada). Após ouvido pelo Juízo das Execuções, foi corretamente decretada a sua regressão do regime semiaberto ao fechado, alterada a data-base para o dia 25/02/2011 e decretada a perda de 1/3 dos dias remidos, não se constatando, pois, o apontado constrangimento ilegal.

3. Basta o cometimento de fato definido como crime doloso para o reconhecimento da falta grave, sendo prescindível o trânsito em julgado da condenação para a aplicação das sanções disciplinares. Precedentes.

4. Ordem de habeas corpus denegada. (HC 267.886/RS, rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, j. 15/8/2013, DJe 26/8/2013.)

Desse modo, não se verifica ilegalidade a justificar a intervenção desta Corte.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

